



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.407.568/0001-93, Rua Rui Barbosa nº. 96 Centro, Barra do Jacaré/PR
Telefone/Fax (43) 3537-1212 – CEP 86.385-000

MEMORANDO

Ilma. Sr.
Edmar de Freitas Alboneti
M.D. Prefeito Municipal
Barra do Jacaré-Paraná

Prezada Senhor,

Venho, por meio deste, solicitar a Vossa Excelência a autorização para a abertura de processo de Dispensa nos termos da Lei nº 14.133/21, para **“Contratação de empresa especialidade em prestação de serviços de recreação e lazer visando atender os alunos do 5º ano matriculados no período integral da Escola municipal Pio XII em comemoração ao mês das Crianças “outubro”.**

O presente pedido fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência elaborados pela equipe de planejamento, que identificaram a necessidade da aquisição. Assim, solicitamos a autorização de Vossa Excelência para a abertura do referido processo, a fim de dar prosseguimento às etapas necessárias à contratação dos objetos desta solicitação.

Aguardamos a apreciação e aprovação de Vossa Excelência para que possamos dar continuidade às ações pertinentes a este processo.

Barra do Jacaré/PR, 22 de outubro de 2024.

Atenciosamente,

Gilmara Neris de Souza Prado
Secretaria de Educação



MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ

ESTADO DO PARANÁ

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD

PREENCHIMENTO PELA ÁREA REQUISITANTE

1. ÁREA REQUISITANTE DA DEMANDA

Área Requisitante	Secretaria Municipal de Educação
Responsável pela demanda	Gilmara Neris de Souza Prado

2. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

“Contratação de empresa especialidade em prestação de serviços de recreação e lazer visando atender os alunos do 5º ano matriculados no período integral da Escola municipal Pio XII em comemoração ao mês das Crianças “outubro”.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Day use area com piscina de verão, piscina aquecida, saunas, sala com mesa de sinuca, tirolesa, boia cross, pedalinho, caiaque e pesca esportiva e incluso almoço.	Unit	50
02	Bebidas, refrigerante, suco e água durante as refeições do day use	Unit	50
03	Café da manhã	Unit	50
04	Café da tarde	Unit	50

3. JUSTIFICATIVA



MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ

ESTADO DO PARANÁ

Justifica-se a presente contratação para a realização de um passeio voltado aos alunos, professores e à coordenação pedagógica do ensino integral da Escola Municipal Pio XII, com o objetivo de promover atividades esportivas e recreativas no contexto do programa de contraturno. Tal ação está respaldada pela existência de recursos federais destinados ao investimento em atividades educacionais para os estudantes matriculados no ensino integral, conforme previsto em diretrizes vigentes.

É importante salientar que o passeio em questão faz parte do currículo pedagógico, contemplando a área de esporte e lazer, e visa proporcionar uma experiência enriquecedora aos alunos. A iniciativa busca ampliar o conhecimento e a vivência prática dos estudantes, por meio de atividades esportivas e recreativas que contribuem de forma significativa para o seu desenvolvimento físico, cognitivo e social.

Dado que não há, neste momento, processos licitatórios abertos que atendam à necessidade específica desta contratação, justifica-se a opção pela dispensa de licitação, em conformidade com a legislação aplicável, a fim de garantir a execução da atividade dentro do prazo adequado e com os recursos disponíveis.

4. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

Objetivo Geral;

- Comemorar o mês das crianças, dando um dia de lazer diferenciado;

Objetivos Específicos;

- Benefícios para a musculatura;
- Diminuir o estresse.
- Ambientes que neutralizam as cargas negativas;
- Estimular a socialização.
- Transmitir valores e hábitos culturais.

5. PRAZO PARA PAGAMENTO



069

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.407.568/0001-93, Rua Rui Barbosa nº. 96 Centro, Barra do Jacaré/PR
Telefone/Fax (43) 3537-1212 – CEP 86.385-000

MEMORANDO

Ilma. Sr.
Edmar de Freitas Alboneti
M.D. Prefeito Municipal
Barra do Jacaré-Paraná

Prezada Senhor,


Venho, por meio deste, solicitar a Vossa Excelência a autorização para a abertura de processo de Dispensa nos termos da Lei nº 14.133/21, para **“Contratação de empresa especialidade em prestação de serviços de recreação e lazer visando os idosos assistidos pelo Cras por meio do PAIF E SCFV”**.

O presente pedido fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência elaborados pela equipe de planejamento, que identificaram a necessidade da aquisição. Assim, solicitamos a autorização de Vossa Excelência para a abertura do referido processo, a fim de dar prosseguimento às etapas necessárias à contratação dos objetos desta solicitação.

Aguardamos a apreciação e aprovação de Vossa Excelência para que possamos dar continuidade às ações pertinentes a este processo.

Barra do Jacaré/PR, 22 de outubro de 2024.

Atenciosamente,



Virléte Inês Calixto
Secretaria de Assistência Social



MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ ESTADO DO PARANÁ

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD

PREENCHIMENTO PELA ÁREA REQUISITANTE

1. ÁREA REQUISITANTE DA DEMANDA

Área Requisitante	Secretaria Municipal de Assistência Social
Responsável pela demanda	Varlete Inês Calixto

2. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

“Contratação de empresa especialidade em prestação de serviços de recreação e lazer visando atender os grupos de Idosos atendidos pelo CRAS por meio do PAIF e SCFV.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Day use area com piscina de verão, piscina aquecida, saunas, sala com mesa de sinuca, tirolesa, boia cross, pedalinho, caiaque e pesca esportiva incluso almoço	Unit	100
02	Bebidas, refrigerante, suco e água durante as refeições do day use	Unit	100
03	Café da manhã	Unit	100
04	Café da tarde	Unit	100

3. JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente contratação para a realização de um passeio voltado aos Idosos participantes das oficinas ofertadas pelo CRAS, onde buscaremos além de proporcionar um dia proveitoso para estas pessoas, fortalecer o vínculo e a autoestima com um momento relaxante e de diversão para nossos idosos.



MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ ESTADO DO PARANÁ

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO*

1.1 No ano de 2024, foi implementado na Escola Municipal Pio XII o programa de contraturno para os alunos do 5º ano. Esse período complementar tem como objetivo proporcionar, além do reforço da aprendizagem, um ambiente lúdico e enriquecedor, repleto de atividades culturais e esportivas.

Para viabilizar essas ações, é destinado um recurso federal específico para atender esse grupo de estudantes. Com a previsão desse financiamento, a iniciativa pretende oferecer aos alunos um passeio diferenciado, que contemple o contato com a natureza e, ao mesmo tempo, proporcione atividades relacionadas aos temas de esporte e lazer. Esse passeio será desenvolvido com a participação de alunos, professores e coordenadores do contraturno, de modo a integrar a aprendizagem com experiências práticas e recreativas, reforçando o desenvolvimento integral dos estudantes.

Além disso, é fundamental destacar que este estudo atende, de maneira específica, às necessidades identificadas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que conta com recursos destinados a atividades voltadas para o público idoso. Esse direcionamento permite que o grupo de idosos, que frequenta regularmente as oficinas promovidas pelo CRAS, possa participar de ações planejadas para estimular o bem-estar e a integração social, reforçando o compromisso da instituição com a promoção da qualidade de vida e inclusão dessa população.

Esse tipo de atividade busca não apenas enriquecer o processo educacional, mas também promover a socialização, a cooperação e o bem-estar dos alunos, além de fortalecer os vínculos entre a escola e a comunidade escolar.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

- No momento, a Administração Pública Municipal ainda está desenvolvendo o plano de contratação anual, portanto, para esse ano não foi finalizado. Entretanto, a contratação está alinhada com os objetivos e metas do órgão. Ainda que não haja um Plano de Contratações Anual, a contratação está em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos na legislação aplicável e no interesse público. A previsão de recursos financeiros necessários para a realização desta contratação será incluída no orçamento do órgão ou entidade, garantindo a viabilidade financeira da contratação.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ ESTADO DO PARANÁ

- O objeto abaixo a ser adquirido deve atender aos seguintes requisitos técnicos: **Contratação de empresa especialidade em prestação de serviços de recreação e lazer visando atender os alunos do 5º ano matriculados no período integral da Escola municipal Pio XII em comemoração ao mês das Crianças “outubro. E os idosos participantes das oficinas ofertados pelo CRAS.**

- DAY USE AREA COM PISCINA DE VERÃO, PISCINA AQUECIDA, SAUNAS, SALA COM MESA DE SINUCA, TIROLESA, BOIA CROSS, PEDALINHO, CAIAQUE E PESCA ESPORTIVA E ALIMENTAÇÃO INCLUSOS NO DAY USE.

RAIO DE AÇÃO DO LOCAL DA CONTRATAÇÃO 50 KM DA CIDADE DE BARRA DO JACARÉ – PR (A necessidade de limitar o raio de ação em 50 km a partir do município de Barra do Jacaré – PR justifica-se pelo perfil do público-alvo da contratação, composto majoritariamente por crianças e idosos. Esse recorte busca reduzir o tempo de deslocamento, minimizando riscos à segurança e promovendo uma otimização dos recursos destinados ao transporte.

É importante ressaltar que o município, no momento, não dispõe de veículo que ofereça o nível de conforto necessário para viagens prolongadas, especialmente considerando as necessidades específicas de crianças e idosos. A delimitação do raio de 50 km, portanto, visa garantir um atendimento mais adequado, humanizado e seguro, respeitando as limitações e promovendo o bem-estar desses grupos.) RAIOS EM ANEXO

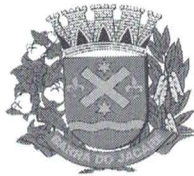
- Além dos requisitos técnicos, a contratação deve contemplar critérios e práticas de sustentabilidade, como:

- Preferência por produtos com certificações ambientais, que comprovem a origem sustentável das matérias-primas e a adoção de práticas de produção responsáveis;
- Priorização de materiais reciclados ou recicláveis.
- Adoção de práticas de logística reversa para o desfazimento e reciclagem de bens e refugos.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1 No presente momento a administração pública não possui nenhum contrato vigente que seja capaz de solucionar esse problema, sendo assim foi pesquisado em diversos meios eletrônicos (Conforme pesquisa de preço em anexo). Além disso, foram analisados os preços praticados, a qualidade dos produtos e os prazos de entrega.

4.2 Também foram consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com o objetivo de identificar novas metodologias, tecnologias ou inovações que pudessem melhor atender às necessidades da Administração. Observou-se que a maioria das contratações similares optou pela realização da contratação por meio Despesa.



MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ ESTADO DO PARANÁ

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES CONTRATADAS E MEMÓRIAS DE CÁLCULO*

- **Estimativa das quantidades a serem contratadas:** A estimativa das quantidades foi obtida por meio do levantamento de alunos matriculados no 5º ano, professores e coordenadores responsáveis pelas turmas.
- E dos idosos que frequentam as oficinas ofertadas pelo CRAS.
- **Memórias de cálculo:** A estimativa das quantidades foi obtida por meio de levantamento realizado pela coordenação pedagógica da escola Pio XII, e pela Secretaria do CRAS.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO CORRELATA*

- Tabela estimativa do valor da contratação:

Item	Descrição	Unidade	Quant	Valor unit	Valor total Day Use	Valor total
01	Day use área com piscina de verão, piscina aquecida, saunas, sala com mesa de sinuca, tirolesa, boia cross, pedalinho, caiaque e pesca esportiva incluso almoço	Unit	150	R\$ 105,00	R\$ 180,00	R\$ 27.000,00
	Bebidas, refrigerante, suco e água durante as refeições do day use	Unit	150	R\$ 25,00		
	Café da manhã	Unit	150	R\$ 25,00		
	Café da tarde	Unit	150	R\$ 25,00		
Obs: Raio do local da contratação 50 km da cidade de Barra do Jacaré - Pr						
Total estimado						R\$ 27.000,00

Em anexo encontram-se os documentos que respaldam os preços unitários referenciais e as memórias de cálculo

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

7.1 A solução proposta compreende na contratação de empresa especialidade em prestação de serviços de recreação e lazer visando atender os alunos do 5º ano matriculados no



MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ ESTADO DO PARANÁ

período integral da Escola municipal Pio XII e os Idosos matriculados nas oficinas do CRAS, conforme as especificações e quantidades detalhadas no documento de formalização de demanda (DFD). A realização do processo de dispensa é de suma importância, pois visa proporcionar aos alunos matriculados uma experiência enriquecedora. A iniciativa busca ampliar o conhecimento e a vivência prática dos estudantes e dos Idosos por meio de atividades esportivas e recreativas que contribuem de forma significativa para o seu desenvolvimento físico, cognitivo e social. Além disso, a dispensa por meio eletrônico permite a obtenção de propostas competitivas, assegurando o melhor uso dos recursos públicos.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO*

SERÁ PARCELADO EM DUAS ETAPAS, UMA DATA PARA ATENDER AS CRIANÇAS DA ESCOLA MUNICIPAL PIO XII, OUTRA DATA PARA ATENDER OS IDOSOS DO CRAS.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1 A contratação em questão tem como objetivo proporcionar aos alunos matriculados uma experiência educacional enriquecedora e de alto valor formativo. A iniciativa visa ampliar o conhecimento teórico e prático dos envolvidos, promovendo o engajamento em atividades esportivas e recreativas que, além de estimularem a interação social, desempenham um papel fundamental no desenvolvimento integral dos mesmos. Estas atividades são cuidadosamente planejadas para favorecer o crescimento físico, cognitivo e social dos participantes, contribuindo de maneira significativa para o aprimoramento de suas habilidades e competências em diversas áreas.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

- Preparação dos documentos necessários para a realização do processo de licitação.

11. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

- Os possíveis impactos ambientais associados à aquisição em questão, incluem materiais (como embalagens e refugos).
Para mitigar os impactos ambientais identificados, propomos as seguintes medidas:
 - Adotar critérios de sustentabilidade na seleção dos fornecedores, dando preferência a produtos certificados por selos ambientais ou que comprovem a origem sustentável das matérias-primas;

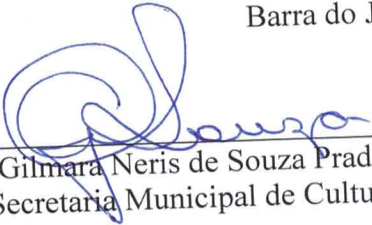
12. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO: VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO*



MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ ESTADO DO PARANÁ

- **Síntese dos resultados:** A análise realizada no Estudo Técnico Preliminar permitiu identificar a necessidade de realizar a dispensa para a contratação em questão para garantir o bom funcionamento da Administração Pública municipal.
-

Barra do Jacaré, 22 de outubro de 2024.



Gilmara Neris de Souza Prado
Secretaria Municipal de Cultura



149

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.407.568/0001-93, Rua Rui Barbosa n°. 96 Centro, Barra do Jacaré/PR
Telefone/Fax (43) 3537-1212 – CEP 86.385-000

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

“Contratação de empresa especialidade em prestação de serviços de recreação e lazer visando atender os alunos do 5º ano matriculados no período integral da Escola municipal Pio XII em comemoração ao mês das Crianças “outubro, E os Idosos que frequentam as oficinas do CRAS”.

Item	Descrição	Unidade	Quant	Valor unit	Valor total Day Use	Valor total
01	Day use área com piscina de verão, piscina aquecida, saunas, sala com mesa de sinuca, tirolesa, boia cross, pedalinho, caiaque e pesca esportiva incluso almoço	Unit	150	RS 105,00	RS 180,00	RS 27.000,00
	Bebidas, refrigerante, suco e água durante as refeições do day use	Unit	150	RS 25,00		
	Café da manhã	Unit	150	RS 25,00		
	Café da tarde	Unit	150	RS 25,00		
Obs: Raio do local da contratação 50 km da cidade de Barra do Jacaré – Pr DATA LIMÍTROFI DO PASSEIO: Primeira quinzena de dezembro.						
Total Global						RS 27.000,00

- 1.1. O contrato terá um prazo de 12 (doze) meses, iniciando-se a partir da assinatura do contrato com a possibilidade de renovação por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o Art. 84 da Lei 14.133/21.
- 1.2. A execução da contratação deverá ser concluída dentro do prazo contratual, contado a partir da emissão da Ordem de Fornecimento. É importante salientar que o fornecedor deverá estar preparado para atender a possíveis demandas emergenciais que venham a surgir durante a vigência do contrato, com agilidade e eficiência, a fim de não prejudicar o bom funcionamento dos diversos setores da Administração Pública Municipal.
- 1.3. No caso de inexecução total ou parcial do objeto contratual, o fornecedor ficará sujeito às sanções previstas na legislação aplicável e no contrato.
- 1.4. Estas condições gerais estão sujeitas às disposições contidas na Lei 14.133/21, que regula as licitações e os contratos administrativos pertinentes a esta modalidade de aquisição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.407.568/0001-93, Rua Rui Barbosa n°. 96 Centro, Barra do Jacaré/PR
Telefone/Fax (43) 3537-1212 – CEP 86.385-000

2.1. No ano de 2024, foi implementado na Escola Municipal Pio XII o programa de contra turno para os alunos do 5º ano. Esse período complementar tem como objetivo proporcionar, além do reforço da aprendizagem, um ambiente lúdico e enriquecedor, repleto de atividades culturais e esportivas.

Para viabilizar essas ações, é destinado um recurso federal específico para atender esse grupo de estudantes. Com a previsão desse financiamento, a iniciativa pretende oferecer aos alunos um passeio diferenciado, que contemple o contato com a natureza e, ao mesmo tempo, proporcione atividades relacionadas aos temas de esporte e lazer. Esse passeio será desenvolvido com a participação de alunos, professores e coordenadores do contra turno, de modo a integrar a aprendizagem com experiências práticas e recreativas, reforçando o desenvolvimento integral dos estudantes.

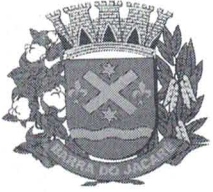
Além disso, é fundamental destacar que este estudo atende, de maneira específica, às necessidades identificadas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que conta com recursos destinados a atividades voltadas para o público idoso. Esse direcionamento permite que o grupo de idosos, que frequenta regularmente as oficinas promovidas pelo CRAS, possa participar de ações planejadas para estimular o bem-estar e a integração social, reforçando o compromisso da instituição com a promoção da qualidade de vida e inclusão dessa população.

Esse tipo de atividade busca não apenas enriquecer o processo educacional, mas também promover a socialização, a cooperação e o bem-estar dos alunos, além de fortalecer os vínculos entre a escola e a comunidade escolar.

2.3 A solução proposta compreende na contratação de empresa especialidade em prestação de serviços de recreação e lazer visando atender os alunos do 5º ano matriculados no período integral da Escola municipal Pio XII, conforme as especificações e quantidades detalhadas no documento de formalização de demanda (DFD). A realização do processo de dispensa é de suma importância, pois visa proporcionar aos alunos matriculados uma experiência enriquecedora. A iniciativa busca ampliar o conhecimento e a vivência prática dos estudantes, por meio de atividades esportivas e recreativas que contribuem de forma significativa para o seu desenvolvimento físico, cognitivo e social. Além disso, a dispensa por meio eletrônico permite a obtenção de propostas competitivas, assegurando o melhor uso dos recursos públicos.

Além disso, a dispensa eletrônica permite a obtenção de propostas competitivas, assegurando o melhor uso dos recursos públicos.

2.4. Dessa forma, essa contratação está em conformidade com o interesse público, pois visa garantir que os serviços públicos sejam prestados de maneira eficaz e eficiente, garantindo o bem-estar da população e a operação eficiente da Administração Pública Municipal.



16

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.407.568/0001-93, Rua Rui Barbosa n°. 96 Centro, Barra do Jacaré/PR
Telefone/Fax (43) 3537-1212 – CEP 86.385-000

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

2.1. Aquisição e Implementação:

2.1.1. A Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de recreação e lazer visando atender os alunos do 5º ano matriculados no período integral da Escola municipal Pio XII em comemoração ao mês das Crianças “outubro”, E os Idosos que frequentam as oficinas do CRAS. Será feita por meio de processo de dispensa eletrônica que se justifica pelo valor da contratação em questão, seguindo rigorosamente o disposto na lei 14.133/21. Este processo permitirá a seleção de fornecedores qualificados que podem entregar os bens requeridos em condições adequadas de preço, prazo e qualidade. Após a seleção do fornecedor e a formalização do contrato, a entrega dos bens será realizada conforme o cronograma estabelecido no contrato, sendo o fornecedor responsável por todos os custos de entrega.

2.2. Monitoramento e Avaliação:

2.2.1. A execução do contrato será monitorada e avaliada pelos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato. Eles verificarão a conformidade dos produtos entregues com as especificações definidas no contrato, bem como o cumprimento dos prazos de entrega. Além disso, eles também estarão encarregados de monitorar a qualidade dos produtos entregues, relatando qualquer defeito ou falha ao fornecedor.

2.3. Descarte e Logística Reversa:

2.3.1. Ao final do ciclo de vida dos materiais adquiridos, o descarte será realizado de acordo com as normas ambientais vigentes e as políticas de sustentabilidade da Administração Pública Municipal. A logística reversa será implementada quando aplicável, garantindo que os materiais sejam reciclados ou descartados de maneira adequada, minimizando o impacto ambiental. A responsabilidade e os custos associados ao descarte adequado dos materiais serão de responsabilidade da Administração Pública Municipal, a menos que acordado de outra forma com o fornecedor.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO INCLUINDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

3.1. Requisitos Técnicos e Funcionais:

3.1.1. Os serviços da empresa especializada em prestação de serviços de recreação e lazer visando atender os alunos do 5º ano matriculados no período integral da Escola municipal Pio XII em comemoração ao mês das Crianças “outubro. Estes requisitos incluem, mas não estão limitados a:

3.1.1.1. DAY USE AREA COM PISCINA DE VERÃO, PISCINA AQUECIDA, SAUNAS, SALA COM MESA DE SINUCA, TIROLESAS, BOIA CROSS, PEDALINHO, CAIAQUE E PESCA ESPORTIVA E ALIMENTAÇÃO INCLUSOS NO DAY USE.: os produtos e serviços devem ser de qualidade suficiente garantindo a eficiência do objeto



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.407.568/0001-93, Rua Rui Barbosa n.º 96 Centro, Barra do Jacaré/PR
Telefone/Fax (43) 3537-1212 – CEP 86.385-000

- 3.1.1.2. RAIOS DE AÇÃO DO LOCAL DA CONTRATAÇÃO 50 KM DA CIDADE DE BARRA DO JACARÉ – PR (A necessidade de limitar o raio de ação em 50 km a partir do município (CIDADE AREA URBANA) de Barra do Jacaré – PR justifica-se pelo perfil do público-alvo da contratação, composto majoritariamente por crianças e idosos. Esse recorte busca reduzir o tempo de deslocamento, minimizando riscos à segurança e promovendo uma otimização dos recursos destinados ao transporte.
- 3.1.1.3. Necessário Apresenta

É importante ressaltar que o município, no momento, não dispõe de veículo que ofereça o nível de conforto necessário para viagens prolongadas, especialmente considerando as necessidades específicas de crianças e idosos. A delimitação do raio de 50 km, portanto, visa garantir um atendimento mais adequado, humanizado e seguro, respeitando as limitações e promovendo o bem-estar desses grupos.) RAIOS EM ANEXO

3.2. Requisitos de Qualidade:

Os itens devem atender aos padrões de qualidade estabelecidos pela Administração Pública Municipal (secretaria de Educação e Cras) e, quando aplicável, pelos órgãos reguladores pertinentes. Os produtos/serviços devem ser novos, não utilizados, de primeira qualidade e sem defeitos. Além disso, os fornecedores devem garantir que os itens entregues sejam consistentes com as amostras ou especificações apresentadas durante o processo de licitação.

3.3. Critérios e Práticas sustentáveis:

- 3.3.1. Os fornecedores são incentivados a adotar práticas sustentáveis em todas as fases de suas operações, desde a produção até a entrega. Isso inclui a utilização de materiais recicláveis ou de origem sustentável, a redução do consumo de energia e água, a minimização da geração de resíduos e a promoção da economia circular.

3.4. Requisitos Legais e Regulatórios:

- 3.4.1. A contratação estará sujeita a todas as leis, regulamentações e normas aplicáveis, incluindo, entre outras, a lei 14.133/21, que regula as licitações e contratos administrativos. Além disso, a contratação também deve estar em conformidade com as normas ambientais e de segurança, conforme exigido pela legislação municipal, estadual e federal. Todos os fornecedores participantes devem estar em dia com suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, além de estarem regularizados perante os órgãos de proteção ao crédito.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Mobilização e Início dos Serviços:

- 4.1.1. Após a assinatura do contrato, a empresa vencedora deve iniciar a mobilização de seus recursos para garantir a entrega oportuna dos produtos solicitados. O prazo máximo para início da entrega dos itens é de 15 dias após a emissão da nota de empenho, com o objetivo de evitar qualquer interrupção nas operações dos departamentos municipais.

4.2. Monitoramento e Controle da Execução:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.407.568/0001-93, Rua Rui Barbosa n°. 96 Centro, Barra do Jacaré/PR
Telefone/Fax (43) 3537-1212 – CEP 86.385-000

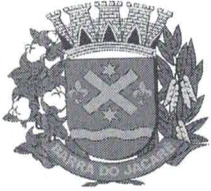
- 4.2.1. A Administração Pública Municipal designará servidores responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato. Estes servidores irão monitorar o desempenho do contrato através de indicadores de desempenho como a pontualidade das entregas, a qualidade dos produtos e a eficiência na solução de eventuais problemas.
- 4.3. Comunicação e Reporte:
- 4.3.1. A comunicação entre a Administração e a empresa contratada será realizada através de canais formais, incluindo e-mail e reuniões presenciais ou virtuais.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 5.1. Designação de Responsáveis:
- 5.1.1. A gestão e fiscalização do contrato ficarão a cargo da Secretária Municipal de Educação, Sra. Gilmara Neris de Souza Prado. A função desta servidora inclui o monitoramento do desempenho do contrato, a verificação da conformidade dos produtos entregues com as especificações do contrato, a aprovação dos produtos entregues, a coordenação da comunicação entre a Administração e a empresa contratada e a aplicação de penalidades, se necessário.
- 5.2. Eficiência no atendimento: a empresa contratada deve responder a qualquer solicitação da Administração em até 24 horas em 95% dos casos.
- 5.3. Resolução de Conflitos e Penalidades:
- 5.3.1. Em caso de conflitos relacionados ao contrato, a Administração e a empresa contratada devem primeiro buscar uma solução amigável através de negociação direta. Se não for possível alcançar uma solução dessa forma, será solicitado abertura de processo administrativo.
- 5.3.2. As penalidades pela não conformidade com as obrigações contratuais incluem multas, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, conforme estabelecido nos artigos da Lei nº 14.133/21. A aplicação de penalidades será precedida de processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
- 6.3.1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.407.568/0001-93, Rua Rui Barbosa n°. 96 Centro, Barra do Jacaré/PR
Telefone/Fax (43) 3537-1212 – CEP 86.385-000

- 6.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei 14.133/21, art. 121, caput).
- 6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).
- 6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).
- 6.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 6.10. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

7. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 7.1. Modalidade de Licitação:
 - 7.1.1. Tendo em vista a natureza do objeto e o valor estimado para a contratação, será adotada a modalidade de dispensa, na forma eletrônica, conforme determina a Lei nº 14.133/2021. Esta modalidade é a mais adequada para a aquisição de bens comuns, que constituem o objeto desta contratação.
- 7.2. Tipo de Licitação:
 - 7.2.1. A licitação será do tipo menor preço global “valor da cesta”, pois se trata de uma aquisição de bens comuns cujas especificações podem ser definidas com precisão no Termo de Referência. Este modelo permite uma ampla competição entre os fornecedores e garante a obtenção dos produtos necessários pelo menor custo.
- 7.3. Critérios de Avaliação das Propostas:
 - 7.3.1. As propostas serão avaliadas e comparadas com base no preço ofertado para cada item, desde que estejam em conformidade com as especificações e requisitos estabelecidos no Termo de Referência. Além disso, as propostas deverão observar os princípios de vantajosidade, economicidade e sustentabilidade, conforme previsto na Lei 14.133/2021.
- 7.4. Critérios de Desempate:
 - 7.4.1. Em caso de empate entre as propostas, será adotado o critério de desempate previsto na legislação, que prioriza, nesta ordem: microempresas e empresas de pequeno porte;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.407.568/0001-93, Rua Rui Barbosa n°. 96 Centro, Barra do Jacaré/PR
Telefone/Fax (43) 3537-1212 – CEP 86.385-000

fornecedores que promovam o desenvolvimento sustentável, considerando critérios de eficiência energética, redução de emissões de gases de efeito estufa e conservação da biodiversidade; e, por último, o sorteio.

- 7.4.2. Qualificação Técnica: A qualificação técnica da empresa será avaliada com base na apresentação de atestados de capacidade técnica fornecidos por clientes anteriores, especialmente por entidades públicas.

8. DO RECEBIMENTO

- 8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, contado do recebimento do objeto na sede da contratante pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 8.2. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 8.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 8.4. O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 8.5. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 8.5.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ ESTADO DO PARANÁ

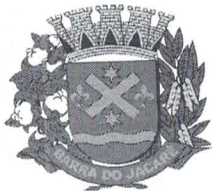
CNPJ 76.407.568/0001-93, Rua Rui Barbosa n.º 96 Centro, Barra do Jacaré/PR
Telefone/Fax (43) 3537-1212 – CEP 86.385-000

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela
Controladoria-Geral da União

(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

- 9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 9.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 9.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 9.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.7. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.8. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.9. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:
- 9.9.1. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 9.9.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.9.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.9.5. Prova de regularidade com a Corregedoria-Geral da Justiça e Trabalho (CNDT)

10. DO PAGAMENTO.



229

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ ESTADO DO PARANÁ


CNPJ 76.407.568/0001-93, Rua Rui Barbosa n°. 96 Centro, Barra do Jacaré/PR
Telefone/Fax (43) 3537-1212 – CEP 86.385-000

- 10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 15 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 10.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.
- 10.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

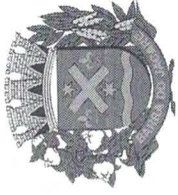
11. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

- 11.1. Parecer contábil em anexo.

Barra do Jacaré – Pr, de 22 de outubro de 2024.



Gilmara Neris de Souza Prado
Secretaria de Educação



MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ ESTADO DO PARANÁ

Mapa de preços

Objeto: "Contratação de empresa especialidade em prestação de serviços de recreação e lazer visando atender os alunos do 5º ano matriculados no período integral da Escola municipal Pio XII em comemoração ao mês das Crianças "outubro. E os idosos participantes das oficinas ofertados pelo CRAS." :

Item	Descrição	Unit	Qtd	Recanto das águas	Edital 002/2024 Prefeitura de Votuporanga	Ata Ibaiti pr
01	Day use área com piscina de verão, piscina aquecida, saunas, sala com mesa de sinuca, tirolesa, boia Cross, pedalinho, caiaque e pesca esportiva incluso café da manhã, almoço, café da tarde e refrigerante e suco durante as refeições, sendo 50 day use para os alunos da Escola Municipal Pio XII e 100 day use para os Idosos participantes das oficinas do Cras.	Unit	150	R\$ 180,00	R\$ 197,33	R\$ 180,00
	Total			R\$ 27.000,00	R\$ 29.599,50	R\$ 27.000,00

Luiziana Barbeiro F. de Jesus
Responsável pela coleta

52

- Pastas
- Caixa de ... 109
- Lixo Eletrô... 27
- Rascunhos 30
- Itens Enviad... 1
- Itens Excluídos
- Arquivo Morto
- Anotações
- AGRINHO
- arquivo morto_
- Cardápio
- Censo Escolar
- Decreto
- DIREÇÃO
- EMPENHO 4
- ESTANTE M... 4
- FOTOS

Re: Solicitação de Orçamento

RECANTO DA...R.pdf

Recanto das Águas Hotel Fazenda <comercial.recantodasaguas@hotmail.com>

Para: Você

Você respondeu em Ter, 05/11/2024 11:36

RECANTO DAS AGUAS POU... 379 KB

Iniciar a responder com:

Bom dia. Segue orçamento em anexo

Obter o Outlook para iOS

De: Escola Municipal Pio XII Educação Infantil e Ensino Fundamental <escolapiotxii@hotmail.com>

Enviado: Tuesday, November 5, 2024 11:03:27 AM

Para: comercial.recantodasaguas@hotmail.com <comercial.recantodasaguas@hotmail.com>

Assunto: Solicitação de Orçamento

Re: Solicitação de Orgame...

(Sem assunto)


Uma nova era, a confiança de sempre.

Visite na FENATRAN

04 a 08 Novembro | 2024

São Paulo Expo | SP

Uma empresa Daimler Truck AG





RECANTO DAS ÁGUAS POUSADA E PESQUEIRO RODOVIA BR 153 KM 59 GUAPIRAMA PR
CNPJ:57.136.286/0001-54 - N J DA SILVA PONTES

50 PESSOAS (CRIANÇAS ESCOLA MUNICIPAL PIO XII – BARRA DO JACARÉ - PR)
ORÇAMENTO PARA DAY USE COM CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E CAFÉ DATARDE

Incluso suco no café da manhã, refrigerante no almoço e café da tarde.
Água no filtro incluso durante o dia.
INCLUSO SORVETE DE MASSA DE CREME SERVIDO APÓS O ALMOÇO.

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
Day use area com piscina de verão, piscina aquecida, saunas, sala com mesa de sinuca, tirolesa, boia cross, pedalinho, caiaque e pesca esportiva incluso almoço	50	R\$ 105,00	R\$ 5.250,00
Bebidas incluso durante refeições no day use	50	R\$ 25,00	R\$ 1.250,00
Café da manhã	50	R\$ 25,00	R\$ 1.250,00
Café da tarde	50	R\$ 25,00	R\$ 1.250,00
TOTAL			R\$ 9.000,00

Valor total do orçamento com impostos R\$ 9.000,00

100 PESSOAS (IDOSOS CRAS – BARRA DO JACARÉ- PR)
ORÇAMENTO PARA DAY USE COM CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E CAFÉ DATARDE

Incluso suco no café da manhã, refrigerante no almoço e café da tarde.
Água no filtro incluso durante o dia.
INCLUSO SORVETE DE MASSA DE CREME SERVIDO APÓS O ALMOÇO.

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
Day use area com piscina de verão, piscina aquecida, saunas, sala com mesa de sinuca, tirolesa, boia cross, pedalinho, caiaque e pesca esportiva incluso almoço	100	R\$ 105,00	R\$10.500,00
Bebidas incluso durante refeições no day use	100	R\$ 25,00	R\$ 2.500,00
Café da manhã	100	R\$ 25,00	R\$ 2.500,00
Café da tarde	100	R\$ 25,00	R\$ 2.500,00
TOTAL			R\$ 18.000,00

Valor total do orçamento com impostos R\$ 18.000,00

DAY USE DAS 10 AS 17H, PODENDO SER AJUSTADO O HORÁRIO CONFORME NECESSIDADE)
AREA COM PISCINA DE VERÃO, PISCINA AQUECIDA, SAUNAS, SALA COM MESA DE SINUCA, TIROLESA, BOIA CROSS, PEDALINHO, CAIAQUE E PESCA ESPORTIVA INCLUSOS NO DAY USE.

ORÇAMENTO VÁLIDO POR 30 DIAS;

NAYRA JAINE
GUAPIRAMA, 22 DE OUTUBRO DE 2024.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEAS
IBAITI - PARANÁ



Engenheiro Ângelo Lopes, que apresentou o preço do passaporte da entrada + almoço, totalizando o valor de R\$ 11.230,00(onze mil e duzentos e trinta reais), conforme comprova em documentação em anexo.

Portanto, justificamos a contratação para o Passeio no Ody Park Aquático LTDA para os participantes das atividades do SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) para a Pessoa Idosa acima de 60 anos - PROJETO SOCIAL MELHOR IDADE COM DIGNIDADE, do município de Ibaiti/PR, devido ao fato de sua distância ser de 296km, bem mais próxima do que Parque Aquático Termas dos Laranjais, localizado em Olimpia, São Paulo, com distância de 447km. valor de R\$ 11.050,00(onze mil e cinquenta reais), não incluso almoço. E também pelo valor já incluso o almoço no valor de R\$ 11.230,00(onze mil e duzentos e trinta reais) no Ody Park Aquático LTDA, além de ser o Parque Aquático mais completo próximo ao município de Ibaiti/PR, e obedecendo o princípio da economicidade para essa contratação, se formos gastar por pessoa uma média de \$30,00(trinta reais) em almoço, 132(cento e trinta e duas) pessoas iremos gastar mais R\$ 2.810,00(dois mil e oitocentos e dez reais) nesse passeio, tornando o preço mais oneroso, portanto sendo mais vantajosa a Cotação do Ody Park Aquático LTDA:

Nº	Descrição do Produto	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
	Solicitação de 01(um) dia de Lazer no Ody Park Aquático, com: - Tobogas - Tobaaguas - Toboboias - Rio Lento - Tsunami - Piscinas - Complexo coberto de 4 mil metros quadrados - Ofuro e Sauna. Incluindo: Entrada, almoço com self service a vontade (não incluso as bebidas) USO DAS 9:00 AS 18:00 HORAS.	- 130 pessoas idosas - 02 adultos	Passaporte + almoço - 85,00 - 90,00	- 11.050,00 - 180,00
Valor Total R\$				11.230,00

28
9

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2024 - PROCESSO Nº 002/2024

OBJETO: Contratação de **serviço de hospedagem em hotel** na Cidade de Votuporanga/SP para o "Carnaval Votu Show 2024" conforme quantidade e condições descritas em Edital e seus Anexos.

TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

Valor Global Estimado da Contratação: R\$ 4.493,32 (quatro mil quatrocentos e noventa e três reais e trinta e dois centavos).

Fundamento legal: Art. 72, II da Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 15.631/2023.

PERÍODO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

INÍCIO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 02 de fevereiro de 2024

FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 08 de fevereiro de 2024 às 08h00 (oito horas)

PERÍODO DOS LANCES ELETRÔNICOS:

INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 08 de fevereiro de 2024 às 08h05 (oito horas e cinco minutos)

FIM DA ETAPA DE LANCES: após 06 (seis) horas do início da etapa de lances.

INFORMAÇÕES E DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria Municipal da Administração no Paço Municipal e no site: www.votuporanga.sp.gov.br. e na plataforma eletrônica: www.bll.org.br. Maiores Informações e/ou esclarecimentos pelo fone (17) 3405.9700 – ramais 9709 e 9769.

Prefeitura do Município de Votuporanga, em 01 de fevereiro de 2024.

JORGE AUGUSTO SEBA
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.407.568/0001-93, Rua Rui Barbosa nº. 96 Centro, Barra do Jacaré/PR
Telefone/Fax (43) 3537-1212 – CEP 86.385-000

MEMORANDO

Ilmo.: Sra. Gilmara Neris de Souza Prado
Secretária Municipal de Educação.

Assunto: Autorização para abertura de Processo de Dispensa para “Contratação de empresa especialidade em prestação de serviços de recreação e lazer visando atender os alunos do 5º ano matriculados no período integral da Escola municipal Pio XII em comemoração ao mês das Crianças “outubro”.

Prezada Senhora,


AUTORIZO preliminarmente à solicitada mediante memorando expedido pela unidade da Secretária Municipal de Educação Dispensa para “Contratação de empresa especialidade em prestação de serviços de recreação e lazer visando atender os alunos do 5º ano matriculados no período integral da Escola municipal Pio XII em comemoração ao mês das Crianças “outubro”.

O presente processo deverá tramitar pelos setores competentes com vistas:

- 1- À elaboração de parecer sobre a necessidade de procedimento licitatório, indicando a modalidade e o tipo de licitação a serem adotados no certame.
- 2- À elaboração dos demais instrumentos necessários ao procedimento licitatório.
- 3- Ao exame e aprovação dos documentos indicados nos itens acima.
- 4- Parecer contábil e parecer jurídico.

Barra do Jacaré/PR, de outubro de 2024.

Cordialmente,



Edmar de Freitas Alboneti
Prefeita municipal



PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GALDINO PEREIRA

Barra do Jacaré - Paraná

CNPJ: 76.407.568/0001-93

Rua Rui Barbosa, 96 (Centro) – Telefax: (43) 3537-1212

CEP: 86.385-000 - E-mail: contabilidade@barradojacare.pr.gov.br

33
g

09. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
09.001 DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0012.2100 MANUTENÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL

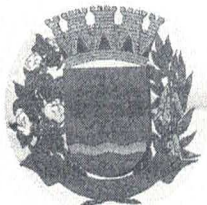
Item	Histórico	Natureza	Conta	Fonte
01	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	3.3.90.39.23.00	07081	EA.123

Sem mais para o momento, e certo de que estamos atendendo o solicitado, nossos protestos de elevada estima e consideração.

Paço Municipal José Galdino Pereira, em 04 de novembro de 2024

LUCAS NASCIMENTO

Contador



PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GALDINO PEREIRA

Barra do Jacaré - Paraná

CNPJ: 76.407.568/0001-93

Rua Rui Barbosa, 96 (Centro) – Telefone: (43) 3144-1180

CEP: 86.385-000 - E-mail: pmbj@uol.com.br

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 09/2024

(Processo Administrativo nº 104/2024)

(Participação exclusiva MEI/ME e EPP, Lei 147/2014)

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ – ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais torna público, que realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO** na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, dos Decretos Municipais nº 1612/23 e 1613/23 e demais legislações aplicáveis.

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 12/11/2024 às 08h00min.

FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 19/11/2024 às 08h50min.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Das 09h00min às 15h00min do dia 19/11/2024.

1. OBJETO DA DISPENSA ELETRÔNICA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECREAÇÃO E LAZER VISANDO ATENDER OS ALUNOS DO 5º ANO MATRICULADOS NO PERÍODO INTEGRAL DA ESCOLA MUNICIPAL PIO XII E OS IDOSOS QUE FREQUENTAM AS OFICINAS DO CRAS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência – Anexo II deste Edital de Dispensa Eletrônica.

2. DO VALOR MÁXIMO TOTAL

2.1. O valor máximo total admitido para a presente contratação é de **R\$ 27.000,00 (Vinte e Sete Mil Reais)**, conforme especificado no Anexo II do presente edital.

3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

- 3.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante realização sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Dispensa Eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL**, disponível no endereço eletrônico: <https://bllcompras.com/Home/Login>.
- 3.2. Os trabalhos serão conduzidos por Servidor do **MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ – ESTADO DO PARANÁ**, denominado Agente de Contratação, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "BLL compras" constantes da página eletrônica da Bolsade Licitações e Leilões do Brasil (<https://bllcompras.com/Home/Login>).
- 3.3. Os interessados deverão se inscrever realizando o devido credenciamento junto à **BLL - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil**; telefone: **(041) 3097-4600**; e-mail: contato@bll.org.br; até o horário fixado neste Edital para o início da apresentação das propostas; devendo apresentar toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento/credenciamento, que deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

- I- Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório do Serviço de Registro Civil e Títulos e Documentos, em se tratando de sociedade por ações, acompanhado da documentação de eleição de seus administradores;

a) **No caso da apresentação de alteração contratual consolidada, fica dispensada a**

370
apresentação das alterações anteriores à consolidação.

- b) Tal exigência se faz necessária tendo em vista a obrigatoriedade de se cadastrar todas as empresas participantes do certame, para fins de repasse de informações obrigatórias ao Tribunal de Contas do Estado;
- c) O Acesso a tais documentos, por parte deste Município, se dará somente na fase de habilitação do certame.

II- Demais documentos exigíveis pela BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

- 3.4. O acesso do operador a Dispensa Eletrônica, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
- 3.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes a Dispensa Eletrônica.
 - 3.6.1. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da dispensa eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.
 - 3.6.2. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida emitida pela entidade.
 - 3.6.3. **As empresas interessadas deverão informar no campo próprio, quando do cadastro de sua proposta no sistema BLL, o seu regime de tributação para fazer valer o direito de exclusividade, nos termos da Lei Federal Complementar nº 123/06 e alterações pela Lei Federal Complementar nº 147/14.**
 - 3.6.4. Esta Dispensa Eletrônica é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 3.7. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:
 - 3.7.1. Que não atendam às condições deste Edital de Dispensa Eletrônica e seu(s) anexo(s);
 - 3.7.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 3.7.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:
 - a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
 - 3.7.4. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

- 3.7.5. Aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
- 3.7.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
- 3.7.7. Sociedades cooperativas.

4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
- 4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do edital de Dispensa Eletrônica, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
- 4.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
- 4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
- 4.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Termo de Referência – Anexo II**, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8. Até o encerramento de recepção das propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 4.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá apresentar junto à plataforma do sistema eletrônico, às seguintes declarações:**
- 4.9.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.9.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 4.9.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital de Dispensa Eletrônica e seus anexos;
- 4.9.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- 4.9.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- 4.9.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º,

XXXIII, da Constituição.

- 4.9.7. Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.
- 4.10. O atendimento ao subitem 4.9 poderá ser através da apresentação de **Declaração Unificada**, junto a plataforma do sistema eletrônico, conforme modelo constante do **Anexo III** deste edital.

5. FASE DE LANCES

- 5.1. A partir das 09h00min da data estabelecida neste Edital de Dispensa Eletrônica, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste edital.
- 5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**
- 5.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.4.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Edital de Dispensa Eletrônica.
- 5.4.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta será indicado na plataforma.
- 5.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 5.6. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.7. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 5.8. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 5.8.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 6.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 6.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
- 6.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
- 6.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 6.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 6.3. Após a finalização da fase de lances, o licitante mais bem classificado, **no prazo máximo de 02 (duas) horas, deverá enviar em campo próprio do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado, conforme modelo (ANEXO IV).**
- 6.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a **30 (trinta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 38
- 6.5.1. Contiver vícios insanáveis;
 - 6.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste edital ou em seus anexos;
 - 6.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 6.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.
 - 6.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
 - 6.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - 6.6.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
 - 6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
 - 6.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
 - 6.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 6.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
 - 6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
 - 6.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
 - 6.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
 - 6.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Edital de Dispensa Eletrônica.

7. HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste edital e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
- 7.2. A documentação de habilitação deverá ser inserida na plataforma eletrônica.
- 7.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - a) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
 - b) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas do Estado, de onde tiver sede o particular;
 - c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP; e
 - e) Cadastro de fornecedores sancionados do Município.
- 7.3.1. A pesquisa da prova da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública será realizada em nome da pessoa física, identificada com número do Cadastro de Pessoa Física

- 39
- CPF ou em nome da pessoa jurídica, identificada com o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, a ser contratada, bem como de seus sócios, mas o impedimento dos sócios somente poderá frustrar a contratação da pessoa jurídica se forem verificadas situações de abuso da personalidade jurídica ou burla à penalidade imposta, o que deve ser apurado em procedimento próprio, garantido o contraditório e a ampla defesa, procedimento este que não se aplica ao caso de empresário individual, em que o impedimento no CPF e CNPJ se comunicam.
- 7.3.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.3.1.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.3.1.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 7.3.2. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio da documentação exigida no **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**.
- 7.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital de Dispensa Eletrônica e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
- 7.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 7.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital de Dispensa Eletrônica.
- 7.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, será examinada a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
- 7.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

8. CONTRATAÇÃO

- 8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 8.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Ordem de Compra), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital de Dispensa Eletrônica.
- 8.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, por meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 8.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 8.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 8.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital de Dispensa Eletrônica e seus anexos;

8.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.4. O prazo de vigência da contratação será neste exercício, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Edital de Dispensa Eletrônica.

8.5. As condições de habilitação e contratação consignadas neste edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. O licitante e a contratada que incorram nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, apuradas em regular processo administrativo, sujeitam-se às sanções previstas no art. 156 da mesma Lei, bem como nos Decretos Municipais.

9.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo administrativo, com garantias de contraditório e de ampla defesa.

9.2.1. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

- a) Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
- b) Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

9.2.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) Dar causa à inexecução total do contrato;
- c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

9.2.2.1. Considera-se inexecução total do contrato:

- a) Recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
- b) Recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração também caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

9.2.2.2. A sanção prevista no item 9.2.2 impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Barra do Jacaré, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.2.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

- a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- b) Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2.3.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

9.2.3.2. A sanção prevista no item 9.2.3, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Barra do Jacaré, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.2.4. Poderá ser aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 9.2.1 a 9.2.3.

- 41
✓
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
 - 9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 9.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 9.5. A aplicação das sanções previstas neste Edital de Dispensa Eletrônica, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 9.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 9.7. O não pagamento nos prazos fixados no Termo de Referência deste edital acarretará multa à

CONTRATANTE, mediante a aplicação da fórmula a seguir:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

$I = (TX/100) / 365$;

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

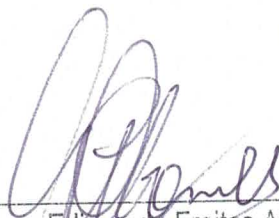
10. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

- 10.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
- 10.2. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:
- a) **"prática corrupta"**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
 - b) **"prática fraudulenta"**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
 - c) **"prática colusivas"**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
 - d) **"prática coercitiva"**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
 - e) **"prática obstrutiva"**: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste edital e nas cláusulas do **Contrato**; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
- 10.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
- 10.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. O procedimento será divulgado no aplicativo "BLL compras" constantes da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (<https://bllcompras.com/Home/Login>), no Portal Transparência deste Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.
- 11.2. No caso deste processo restar fracassado, a Administração poderá:
 - 11.2.1. Fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação; ou Republicar o presente edital com uma nova data;
 - 11.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
 - 11.2.3.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento eletrônico.
- 11.3. As providências dos subitens 11.2.2 e 11.2.3 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 11.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Edital de Dispensa Eletrônica, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 11.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 11.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 11.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 11.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 11.9. As normas disciplinadoras deste Edital de Dispensa Eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 11.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital de Dispensa Eletrônica e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 11.13. Integram este Edital de Dispensa Eletrônica, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - 11.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação
 - 11.13.2. ANEXO II - Termo de Referência;
 - 11.13.3. ANEXO III – Modelo de Declaração Unificada;
 - 11.13.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta de Preços (licitante vencedor)

Barra do Jacaré, 06 de novembro de 2024.



Edimar de Freitas Alboneti
Prefeito Municipal

1 Habilitação jurídica:

- 1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- 2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 2.5 Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual;
- 2.6 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal.

3 Declarações (Apresentar junto a plataforma do sistema eletrônico, no momento da inserção da proposta de preços inicial)

- 3.1 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital de Dispensa Eletrônica e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;
- 3.3 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 3.4 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- 44 ✓
- 3.5 Que cumpre as exigências de reservas de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
 - 3.6 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
 - 3.7 Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
 - 3.8 Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

Obs: Referente as declarações acima, poderá apresentar **Declaração Unificada**, conforme **modelo constante do anexo III** deste edital.

4 . Qualificação Técnica

- a) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por Pessoa Jurídica. (Modelo Anexo V)

45

ANEXO II - TERMO DE REFERENCIA

PROCESSO Nº 104/2024
DISPENSA ELETRONICA Nº 09/2024

1. OBJETO / JUSTIFICATIVA:

- 1.1 A presente Dispensa Eletrônica tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECREAÇÃO E LAZER VISANDO ATENDER OS ALUNOS DO 5º ANO MATRICULADOS NO PERÍODO INTEGRAL DA ESCOLA MUNICIPAL PIO XII E OS IDOSOS QUE FREQUENTAM AS OFICINAS DO CRAS, conforme especificações constantes no Edital e neste Termo de Referência.
- 1.2 Em caso de divergência existente entre as especificações dos itens que compõem o objeto descrito no site da BLL e as especificações constantes deste Termo, prevalecerão as últimas.

2. ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS / PREÇO ESTIMADO:

Lote: 1 - Lote 001

Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	28497	<p>DAY USE ÁREA COM PISCINA DE VERÃO, PISCINA AQUECIDA, SAUNAS, SALA COM MESA DE SINUCA, TIROLESA, BOIA CROSS, PEDALINHO, CAIAQUE E PESCA ESPORTIVA.</p> <p>INCLUSO CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO, CAFÉ DA TARDE COM REFRIGERANTE E SUÇO DURANTE AS REFEIÇÕES.</p> <p>SERÃO 50 DAY USE PARA OS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL PIO XII E 100 DAY USE PARA OS IDOSOS PARTICIPANTES DAS OFICINAS DO CRAS.</p> <p><u>O LOCAL DEVERÁ ESTAR EM UM RAIO DE 50KM DA CIDADE DE BARRA DO JACARÉ- PR.</u></p> <p>A DATA ESTIMADA PARA O PASSEIO SERÁ NA PRIMEIRA QUINZENA DE DEZEMBRO DE 2024.</p>	150,00	UN	180,00	27.000,00
TOTAL						27.000,00

- 2.1 O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Edital de Dispensa Eletrônica e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 2.2 O contrato terá duração de 12 (doze) meses, com o fornecimento do serviço conforme a necessidade das secretarias que utilizam os sistemas.
- 2.3 A execução da contratação deverá ser concluída dentro do prazo contratual, contado a partir da emissão da Ordem de Fornecimento. É importante salientar que o fornecedor deverá estar preparado para atender a possíveis demandas emergenciais que venham a surgir durante a vigência do contrato, com agilidade e eficiência, a fim de não prejudicar o bom funcionamento dos diversos setores da Administração Pública Municipal.
- 2.4 No caso de inexecução total ou parcial do objeto contratual, o fornecedor ficará sujeito às sanções previstas na legislação aplicável e no contrato.
- 2.5 Estas condições gerais estão sujeitas às disposições contidas na Lei 14.133/21, que regula as licitações e os contratos administrativos pertinentes a esta modalidade de aquisição.

46

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1 No ano de 2024, foi implementado na Escola Municipal Pio XII o programa de contra turno para os alunos do 5º ano. Esse período complementar tem como objetivo proporcionar, além do reforço da aprendizagem, um ambiente lúdico e enriquecedor, repleto de atividades culturais e esportivas. Para viabilizar essas ações, é destinado um recurso federal específico para atender esse grupo de estudantes. Com a previsão desse financiamento, a iniciativa pretende oferecer aos alunos um passeio diferenciado, que contemple o contato com a natureza e, ao mesmo tempo, proporcione atividades relacionadas aos temas de esporte e lazer. Esse passeio será desenvolvido com a participação de alunos, professores e coordenadores do contra turno, de modo a integrar a aprendizagem com experiências práticas e recreativas, reforçando o desenvolvimento integral dos estudantes. Além disso, é fundamental destacar que este estudo atende, de maneira específica, às necessidades identificadas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que conta com recursos destinados a atividades voltadas para o público idoso. Esse direcionamento permite que o grupo de idosos, que frequenta regularmente as oficinas promovidas pelo CRAS, possa participar de ações planejadas para estimular o bem-estar e a integração social, reforçando o compromisso da instituição com a promoção da qualidade de vida e inclusão dessa população.

Esse tipo de atividade busca não apenas enriquecer o processo educacional, mas também promover a socialização, a cooperação e o bem-estar dos alunos, além de fortalecer os vínculos entre a escola e a comunidade escolar.

A solução proposta compreende na contratação de empresa especialidade em prestação de serviços de recreação e lazer visando atender os alunos do 5º ano matriculados no período integral da Escola municipal Pio XII, conforme as especificações e quantidades detalhadas no documento de formalização de demanda (DFD). A realização do processo de dispensa é de suma importância, pois visa proporcionar aos alunos matriculados uma experiência enriquecedora. A iniciativa busca ampliar o conhecimento e a vivência prática dos estudantes, por meio de atividades esportivas e recreativas que contribuem de forma significativa para o seu desenvolvimento físico, cognitivo e social. Além disso, a dispensa por meio eletrônico permite a obtenção de propostas competitivas, assegurando o melhor uso dos recursos públicos.

Além disso, a dispensa eletrônica permite a obtenção de propostas competitivas, assegurando o melhor uso dos recursos públicos. Dessa forma, essa contratação está em conformidade com o interesse público, pois visa garantir que os serviços públicos sejam prestados de maneira eficaz e eficiente, garantindo o bem-estar da população e a operação eficiente da Administração Pública Municipal.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Aquisição e Implementação:

- 4.1. A Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de recreação e lazer visando atender os alunos do 5º ano matriculados no período integral da Escola municipal Pio XII em comemoração ao mês das Crianças "outubro", E os Idosos que frequentam as oficinas do CRAS. Será feita por meio de processo de dispensa eletrônica que se justifica pelo valor da contratação em questão, seguindo rigorosamente o disposto na lei 14.133/21. Este processo permitirá a seleção de fornecedores qualificados que podem entregar os bens requeridos em condições adequadas de preço, prazo e qualidade. Após a seleção do fornecedor e a formalização do contrato, a entrega dos bens será realizada conforme o cronograma estabelecido no contrato, sendo o fornecedor responsável por todos os custos de entrega.

Monitoramento e Avaliação:

- 4.2. A execução do contrato será monitorada e avaliada pelos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato. Eles verificarão a conformidade dos produtos entregues com as especificações definidas no contrato, bem como o cumprimento dos prazos de entrega. Além disso, eles também estarão encarregados de monitorar a qualidade dos produtos entregues, relatando qualquer defeito ou falha ao fornecedor.

Monitoramento e Avaliação:

- 4.7 Descarte e Logística Reversa:

Ao final do ciclo de vida dos materiais adquiridos, o descarte será realizado de acordo com as normas ambientais vigentes e as políticas de sustentabilidade da Administração Pública Municipal. A logística reversa será implementada quando aplicável, garantindo que os materiais sejam reciclados ou

47
descartados de maneira adequada, minimizando o impacto ambiental. A responsabilidade e os custos associados ao descarte adequado dos materiais serão de responsabilidade da Administração Pública Municipal, a menos que acordado de outra forma com o fornecedor.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO INCLUINDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

Requisitos Técnicos e Funcionais:

5.1 Os serviços da empresa especializada em prestação de serviços de recreação e lazer visando atender os alunos do 5º ano matriculados no período integral da Escola municipal Pio XII em comemoração ao mês das Crianças "outubro. Estes requisitos incluem, mas não estão limitados a:

5.1.1 DAY USE AREA COM PISCINA DE VERÃO, PISCINA AQUECIDA, SAUNAS, SALA COM MESA DE SINUCA, TIROLESA, BOIA CROSS, PEDALINHO, CAIAQUE E PESCA ESPORTIVA E ALIMENTAÇÃO INCLUSOS NO DAY USE.: os produtos e serviços devem ser de qualidade suficiente garantindo a eficiência do objeto;

5.1.2 RAIOS DE AÇÃO DO LOCAL DA CONTRATAÇÃO 50 KM DA CIDADE DE BARRA DO JACARÉ – PR (A necessidade de limitar o raio de ação em 50 km a partir do município (CIDADE AREA URBANA) de Barra do Jacaré – PR justifica-se pelo perfil do público-alvo da contratação, composto majoritariamente por crianças e idosos. Esse recorte busca reduzir o tempo de deslocamento, minimizando riscos à segurança e promovendo uma otimização dos recursos destinados ao transporte. É importante ressaltar que o município, no momento, não dispõe de veículo que ofereça o nível de conforto necessário para viagens prolongadas, especialmente considerando as necessidades específicas de crianças e idosos. A delimitação do raio de 50 km, portanto, visa garantir um atendimento mais adequado, humanizado e seguro, respeitando as limitações e promovendo o bem-estar desses grupos (RAIO EM ANEXO).

5.2 Requisitos de Qualidade:

Os itens devem atender aos padrões de qualidade estabelecidos pela Administração Pública Municipal (secretaria de Educação e Cras) e, quando aplicável, pelos órgãos reguladores pertinentes. Os produtos/serviços devem ser novos, não utilizados, de primeira qualidade e sem defeitos. Além disso, os fornecedores devem garantir que os itens entregues sejam consistentes com as amostras ou especificações apresentadas durante o processo de licitação;

5.3 Critérios e Práticas sustentáveis:

5.3.1 Os fornecedores são incentivados a adotar práticas sustentáveis em todas as fases de suas operações, desde a produção até a entrega. Isso inclui a utilização de materiais recicláveis ou de origem sustentável, a redução do consumo de energia e água, a minimização da geração de resíduos e a promoção da economia circular.

5.4 Requisitos Legais e Regulatórios:

A contratação estará sujeita a todas as leis, regulamentações e normas aplicáveis, incluindo, entre outras, a lei 14.133/21, que regula as licitações e contratos administrativos. Além disso, a contratação também deve estar em conformidade com as normas ambientais e de segurança, conforme exigido pela legislação municipal, estadual e federal. Todos os fornecedores participantes devem estar em dia com suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, além de estarem regularizados perante os órgãos de proteção ao crédito.

6. MODELOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 Mobilização e Início dos Serviços:

6.2 Após a assinatura do contrato, a empresa vencedora deve iniciar a mobilização de seus recursos para garantir a entrega oportuna dos produtos ou serviço solicitados. O prazo estimado para o passeio será na primeira quinzena de dezembro de 2024.

6.3 Monitoramento e Controle da Execução:

6.4 A Administração Pública Municipal designará servidores responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato. Estes servidores irão monitorar o desempenho do contrato através de indicadores de desempenho como a pontualidade das entregas, a qualidade dos produtos e a eficiência na solução de eventuais problemas.

6.5 Comunicação e Reporte:

6.6 A comunicação entre a Administração e a empresa contratada será realizada através de canais formais, incluindo e-mail e reuniões presenciais ou virtuais.

7. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 7.1 Tendo em vista a natureza do objeto e o valor estimado para a contratação, será adotada a modalidade de dispensa de licitação, conforme artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021. Esta modalidade é a mais adequada para a aquisição de serviços comuns, tais como os que constituem o objeto desta contratação.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 8.1. Designação de Responsáveis:
- 8.2. A gestão e a fiscalização do contrato ficará a cargo da Secretária Municipal de Educação, Sra. Gilmara Neris de Souza Prado. A função deste servidor inclui o monitoramento do desempenho do contrato, a verificação da conformidade dos produtos entregues com as especificações do contrato, a aprovação e a coordenação da comunicação entre a Administração e a empresa contratada e a aplicação de penalidades, se necessário.
- 8.3. Eficiência no atendimento: a empresa contratada deve responder a qualquer solicitação da Administração em até 24 horas em 95% dos casos.
- 8.4. Resolução de Conflitos e Penalidades:
- 8.5. Em caso de conflitos relacionados ao contrato, a Administração e a empresa contratada devem primeiro buscar uma solução amigável através de negociação direta. Se não for possível alcançar uma solução dessa forma, será solicitado abertura de processo administrativo.
- 8.6. As penalidades pela não conformidade com as obrigações contratuais incluem multas, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, conforme estabelecido nos artigos da Lei nº 14.133/21. A aplicação de penalidades será precedida de processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

- 9.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
- 9.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 9.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
- 9.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 9.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 9.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 9.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 9.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei 14.133/21, art. 121, caput).
- 9.6.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 9.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

- 49 ✓
- 9.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).
- 9.9 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 9.10 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

10. DO RECEBIMENTO

- 10.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, contado do recebimento do objeto na sede da contratante pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 10.2 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 10.3 O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 10.4 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 10.4.1 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 10.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

- 11.1 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
- b) Cadastro Nacional de Empresas Puridas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)
- 11.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 11.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 11.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 11.5 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 11.6 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

50

- 11.7 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 11.8 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 11.9 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:
- 11.9.1 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
 - 11.9.2 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - 11.9.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
 - 11.9.4 Certidão Negativa de Débitos Municipais;
 - 11.9.5 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
 - 11.9.6 Prova de regularidade com a Corregedoria-Geral da Justiça e Trabalho (CNDT);
 - 11.9.7 Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, passado por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para o desempenho de atividade compatível e pertinente com o objeto da presente;

12. DO PAGAMENTO

- 12.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 15 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 12.2 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.
- 12.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2024	3591	06.001.08.241.0006.2046	945	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	3592	06.001.08.241.0006.2046	808	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	7081	09.001.12.361.0012.2100	123	3.3.90.39.00.00	De Exercícios Anteriores

ANEXO III – DECLARAÇÃO
UNIFICADA(MODELO)

91
g

Ao MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ – PR
Referência: Edital Dispensa Eletrônica nº 09/2024

A Empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ nº _____, com endereço na Rua _____, nº _____, CEP: _____ na cidade de _____ Estado do _____ telefone (_____) _____ - por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a) _____, inscrito (a) no CPF nº _____ e RG nº _____, DECLARA expressamente:

- a) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- c) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- d) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- e) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- f) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- g) que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- h) Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

Local e data.

(Assinatura, RG e CPF do declarante)
Representante Legal

57
0

ANEXO IV – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS
(ESTE MODELO DE PROPOSTA DEVERÁ SER PREENCHIDO PELO LICITANTE VENCEDOR)

Ao MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ – PR

Referência: Edital Dispensa Eletrônica nº 09/2024

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

E-mail:

Agência:

Conta Bancária nº:

Telefone:

Banco:

Apresentamos nossa proposta de preços para o (s) Item (s) abaixo detalhado (s):

ITEM	QTD	UM	DESCRIÇÃO	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL

O valor total proposto para o Item é de R\$ (XXXXXXXXXX).

Validade da proposta: 30 (trinta)
dias. Prazo de entrega:
Conforme Edital.

Local e data.

(Assinatura, RG e CPF do declarante)
Representante Legal

53
✓

ANEXO V

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré

Referente ao Edital de Licitação Dispensa Eletrônica __/2024.

O Município de / e ou Empresa..... com sede nanº....., Estado..... inscrita no CNPJ/MF sob nº....., atesta para os fins que a empresa....., inscrita no CNPJ/MF nº.....inscrição Estadual.....com sede na....., Estado....., forneceu ao município / ou a empresa e executou todos os serviços dentro das especificações técnicas exigidas (especificar o tipo de produto ou serviço que forneceu ou executou), tendo cumprido rigorosamente o prazo de entrega, assim até o presente momento, não há nada que a desabone.

Local e data.....

ASSINATURA

Nome e assinatura e Carimbo do representante legal do município / ou empresa